EDP Transmissão Goiás S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	196.090	144.117
Concessionárias e Permissionárias	7	26.206	32.229
Tributos Compensáveis	8	2.106	1.610
Almoxarifado Operacional		436	2.136
Despesas Pagas Antecipadamente	10	1.217	1.046
Outros Ativos Circulantes	12	12.413	29.546
Bens Destinados à Alienação			114
Total do Ativo Circulante		238.468	210.798
Não circulante			
Depósitos Judiciais	22	3.344	1.248
Cauções	13	12.880	10.971
Imobilizado	14.1	554.230	625.580
Intangível	14.2	4.022	17.075
Investimentos	16	54.084	285.757
Outros Ativos Não Circulantes	12		12.361
Total do Ativo Não circulante		628.560	952.992
TOTAL DO ATIVO		**867.028**	**1.163.790**

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	17	2.864	7.253
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	12.103	10.693
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	5.486	5.330
Benefícios pós-emprego	20	264	234
Tributos a Recolher	8	11.969	26.836
Dividendos Declarados	23.3	35.246	39.340
Encargos Setoriais		4.537	3.338
Outros Passivos Circulantes	12	637	369
Total do Passivo Circulante		73.106	93.393
Não circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	85.144	95.747
Benefícios pós-emprego	20	1.498	3.241
Provisão para Litígios	22	7.096	7.081
Encargos Setoriais		1.880	5.420
Tributos Diferidos	9	23.334	34.567
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		556	586
Outros Passivos Não Circulantes	12	1.517	2.027
Total do Passivo Não circulante		121.025	148.669
TOTAL DO PASSIVO		194.131	242.062
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	23.1	328.750	670.449
Outros Resultados Abrangentes	23.2	93.808	106.968
Reservas de Lucros	23.6	250.339	144.311
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		672.897	921.728
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		**867.028**	**1.163.790**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO REGULATÓRIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2021	2020
Operações em Continuidade			
Receita			
Suprimento de energia elétrica		2.835	11.155
Energia Elétrica de Curto Prazo		365	1.557
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		258.241	241.250
		261.441	253.962
Tributos			
PIS		(4.310)	(4.191)
COFINS		(19.852)	(19.302)
		(24.162)	(23.493)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.138)	(1.986)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(63)	(263)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(880)	(849)
Outros encargos		(17.561)	(17.539)
		(20.642)	(20.637)
Receita líquida	24	**216.637**	**209.832**
Custos não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda		(1)	(16)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(175)	(586)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		**216.461**	**209.230**
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	25.1	(47.016)	(45.499)
Material		(3.243)	(470)
Serviços de terceiros		(12.760)	(12.236)
Arrendamentos e aluguéis		(383)	(249)
Seguros		(1.142)	(1.181)
Provisões		(28)	(5.088)
(-) Recuperação de despesas		592	60
Tributos		(1.297)	(4.150)
Depreciação e amortização		(39.180)	(40.832)
Gastos diversos		(1.420)	(1.456)
Outras Receitas Operacionais	26	31.684	74.052
Outras Despesas Operacionais	26	(12.003)	(1.262)
Resultado da Atividade		**130.265**	**170.919**
Equivalência Patrimonial		6.525	20.153
Resultado financeiro	27	**(7.525)**	**(802)**
Receitas financeiras		9.198	6.256
Despesas financeiras		(16.723)	(7.058)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**129.265**	**190.270**
Despesa com Impostos sobre o Lucro	28	(28.336)	(59.613)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		**100.929**	**130.657**
Operações Descontinuadas			
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício Resultante de Operações Descontinuadas		16.235	
Resultado Líquido do Exercício		**117.164**	**130.657**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	117.164	130.657
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1.959	2.065
Resultado abrangente do exercício	**119.123**	**132.722**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	129.265	190.270
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(30.259)	(51.982)
Depreciações e amortizações	39.206	40.832
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	34.769	
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	114	1.230
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16.342	6.733
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(87)	
Resultado de participações societárias	(6.525)	(20.153)
(Ganhos) Perdas com investimentos	(201)	(180)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	14	
Outros	11	(22.701)
	182.649	144.049
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	3.411	(7.141)
Outros tributos compensáveis	(14.210)	68
Estoques	1.660	1.959
Cauções e depósitos vinculados	(2.096)	
Despesas pagas antecipadamente		190
Outros ativos operacionais	15.593	(253)
	4.358	(5.177)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(3.808)	(372)
Outros tributos a recolher	4.483	6.806
Benefícios pós-emprego	246	(59)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	156	(74)
Encargos setoriais	(2.314)	103
Provisões		2.893
Outros passivos operacionais	(272)	(226)
	(1.509)	9.071
Caixa proveniente das atividades operacionais	185.498	147.943
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.616)	(35.146)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	155.882	112.797
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	3.886	9.636
Títulos Recebidos		(2.493)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(110)	(92)
Adições ao Imobilizado e Intangível	(50.807)	(61.826)
Alienação de bens e direitos	19.081	4.100
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(27.950)	(50.675)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital		9.000
Redução de capital social líquido do custo de emissão	(11.084)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(39.340)	(71.097)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		6.327
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(25.535)	(19.833)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(75.959)	(75.603)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**51.973**	**(13.481)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	196.090	144.117
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	144.117	157.598
	51.973	**(13.481)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**649.549**	**93.536**	**118.572**	**-**	**861.657**
Aumento de capital		20.900				20.900
Realização de reserva de reavaliação	23.2.1			(13.669)	13.669	-
Prejuízo do exercício					130.657	130.657
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			26.939		(26.939)	-
Reserva de retenção de lucros			78.047		(78.047)	-
Dividendos propostos					(39.340)	(39.340)
Dividendo adicional proposto			(54.211)			(54.211)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	23.2.2			2.065		2.065
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.1.7	**670.449**	**144.311**	**106.968**	**-**	**921.728**

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**670.449**	**144.311**	**106.968**	**-**	**921.728**
Aumento/redução de capital		(341.699)				(341.699)
Realização de reserva de reavaliação	23.2.1			(15.119)		(15.119)
Lucro líquido do exercício					148.403	148.403
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			7.420		(7.420)	-
Reserva de retenção de lucros			98.608		(98.608)	-
Dividendos propostos					(35.246)	(35.246)
Diferenças regulatórias no exercício					(7.129)	(7.129)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	23.2.2			1.959		1.959
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.1.7	**328.750**	**250.339**	**93.808**	**-**	**672.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações ("CELGPAR"), com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil, constituída em 15 de dezembro de 2005 com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

A EDP Goiás está destinada à exploração técnica e comercial de instalações de transmissão que lhes foram outorgados pelo Poder Concedente, para isso poderá realizar estudos, elaborar projeções, pesquisar, planejar, construir e operar instalações de transformação e transporte de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. Adicionalmente, a EDP Goiás está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com Companhias privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

Em Assembleia Geral ocorrida em 17 de março de 2022, foi aprovada a alteração da denominação social de CELG Transmissão S.A. para EDP Transmissão Goiás S.A..

A Companhia possui linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão.

2 Concessão

A transferência da concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia Energética de Goiás para a EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 643, de 25 de julho de 2006.

A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões de transmissão:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Início	Término	Prorrogação
745 km	Serviço Público	Concessão	GO	12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 Kv	4000	07/07/1995	05/12/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente
11 km	Serviço Público	Concessão	GO/MG	LT 230 kV Itumbiara – Paranaíba – C2	-	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente
-	Serviço Público	Concessão	GO	SE 500 kV Luziânia – Compensador Estático 500 kV – (-150/+300) MVAr.	300	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

3 O setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumarizadas na nota 33.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 11 de abril de 2022.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa o montante em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa é preciso ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2.2 Contas a receber

Representam os valores faturados aos usuários da Rede Básica do serviço público de transmissão de energia elétrica (RAP), ou seja, os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

4.2.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em conformidade aos critérios de constituição que constam Nota 4.4, a Administração resguarda um montante, considerado satisfatório, objetivando a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia.

4.2.4 Estoques (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante e os destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado e Ativo de Contrato, não sendo depreciados ou amortizados.

4.2.5 Investimentos

As informações financeiras das controladas em conjunto e das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. O investimento da Companhia inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.2.6 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

4.2.7 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

4.2.8 Empréstimos e financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do final do exercício, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

4.2.9 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A EDP Goiás é patrocinadora da ELETRA – Fundação Celg de Seguros e Previdência. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência e a Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012.

4.2.10 Imposto de renda e contribuição social

São calculados e provisionados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias, de imposto de renda e contribuição social.

4.2.11 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 504/2012.

4.2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, assim como as premissas para cálculo do Ativo de Contrato, no qual a receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

4.2.13 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

4.2.14 Instrumentos financeiros: classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

a) ao custo amortizado – esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado;

b) instrumento de dívida ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado;

c) instrumento patrimonial ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado; ou

d) ao Valor Justo por meio do Resultado – esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

4.2.15 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

4.2.16 Instrumentos financeiros: desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

a) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

b) transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

4.2.17 Instrumentos financeiros: compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.2.19 Procedimentos de consolidação

Os investimentos nas controladas são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. O saldo do valor patrimonial dos investimentos nas controladas em conjunto permaneceram ajustados pela equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessas participações societárias, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessas controladas em conjunto não foram consolidados com a EDP Goiás nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2021 comparativamente à posição apresentada em 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, as informações individuais das controladas em conjunto não foram incorporadas ao processo de consolidação da EDP Goiás na data base de 31 de dezembro de 2021, visto que a EDP Goiás obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional dos Investimentos Controlados em Conjunto, nos moldes da CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Conforme a nota 13 ocorreu efetivamente em 30 de setembro de 2021 a cisão parcial dos investimentos nas controladas, a EDP Goiás passa a não consolidar os saldos patrimoniais e resultados dessas controladas.

4.2.20 Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e:

a) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações;

b) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; e

c) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota 15. Todas as demais notas às Demonstrações Contábeis Regulatórias incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

4.3 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, como descrito nas práticas contábeis (Nota 4.2). O custo histórico usualmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

a) Mensuração do ativo de contrato;

b) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive para contingências trabalhistas;

c) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;

d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;

e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores;

f) imposto de renda e contribuição social diferidos; e

g) provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as Demonstrações Contábeis Regulatórias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Avaliação de Investimento em Joint Venture

O investimento em controlada em conjunto, objeto do Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, é avaliado pelo método da equivalência patrimonial no balanço individual da adquirente e apresentado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações, tanto como parte das práticas contábeis brasileiras, quanto das normas internacionais de contabilidade, que admitem o uso da equivalência patrimonial alternativamente à consolidação proporcional, alternativa adotada pelo CPC a partir da versão revisada (R2) do Pronunciamento Técnico CPC 19, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R2).

4.7 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais desses segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o exercício para a aquisição de ativo de contrato, ativo imobilizado, e ativos intangíveis não sendo ágio.

4.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Segundo o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa referentes a juros, dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deles deve ser classificado de maneira consistente, de exercício a exercício, em decorrência de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.

O CPC encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros, recebidos ou pagos, os dividendos e JCSP recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e JCSP pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. Contudo, a Companhia adota alternativa diferente, seguindo em parte o que preconiza o CPC. Por entender que a classificação abaixo tem uma representação mais adequada dos fluxos de caixa, a Companhia adota a seguinte opção:

a) juros pagos de empréstimos e financiamentos como fluxos das atividades de financiamento; e

b) dividendos e JCSP recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.9 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

4.9.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. Na data-base de 31 de dezembro de 2021, a ANEEL não se manifestou quanto a aderência destas normas para a Contabilidade Regulatória.

5 Reapresentação do exercício anterior

A Companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial relativas a 31 de dezembro de 2020, originalmente autorizadas em 29 de março de 2021.

A Companhia efetuou as reclassificações para melhor apresentação dos saldos.

	31/12/2020		
	Publicado	Reapresenta-ção para melhor apresentação	Reapresenta-do
ATIVO			
Circulante			
Serviços em curso	90	(90)	-
Outros ativos	-	90	90
Total do Ativo Circulante	210.798	-	210.798
ATIVO			
Não circulante			
Total do Ativo Não circulante	952.992	-	952.992
TOTAL DO ATIVO	1.163.790	-	1.163.790
PASSIVO			
Circulante			
Total do Passivo Circulante	93.393	-	93.393
ATIVO			
Não circulante			
Total do Passivo Não circulante	148.669	-	148.669
Patrimônio Líquido			
Total do patrimônio líquido	921.728	-	921.728
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.163.790	-	1.163.790

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	2.728	4.589
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	193.362	139.528
	193.362	139.528
Total	196.090	144.117

Aplicações financeiras na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB com remuneração vinculada ao CDI, e liquidez imediata. A remuneração média sobre o CDI é de 93,5%.

7 Concessionárias

		Valores Correntes							
		Vencer	Corrente Vencida						
	Nota	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD	Saldo líquido em 31/12/2021	Saldo líquido em 31/12/2020
Circulante									
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica	7.1							-	956
Energia de curto prazo	7.2							-	2.896
Encargos de uso da rede elétrica	7.3	25.081	571	135	279	44	(44)	26.066	27.681
Outros créditos	7.4	4		44	92			140	696
		25.085	571	179	371	44	(44)	26.206	32.229

7.1 Suprimento de energia elétrica

Faturamento da energia comercializada pelo regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência. Essa operação foi descontinuada a partir de março de 2021, e, cindida para a CELGPAR em setembro de 2021.

7.2 Energia de curto prazo

Faturamento do Mercado de Curto Prazo – MCP e provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Essa operação foi descontinuada a partir de março de 2021, e, cindida para a CELGPAR em setembro de 2021.

7.3 Encargos de uso da rede elétrica

Faturamento pelo uso da rede elétrica de transmissão (RAP) e de Contratos de Conexão da Transmissão (CCT).

7.4 Outros créditos

Faturamento de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI), Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM), e outros.

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.
A seguir, a movimentação das PECLD no exercício:

			Reversão		
	31/12/2020	Constituição	Recebimento	Perdas	31/12/2021
Concessionárias	(2.672)	(1.177)	3.630	175	(44)
Total Circulante	(2.672)	(1.177)	3.630	175	(44)

8 Tributos Compensáveis e a Recolher

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Ativo compensáveis					
PIS e COFINS	-	4.320		(4.320)	-
IR/CS retidos sobre faturamento	932	9.890		(8.900)	1.922
Outros	678			(494)	184
Total Circulante	1.610	14.210	-	(13.714)	2.106
Passivo a recolher					
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.028	23.980	(29.616)	(8.900)	7.492
ICMS	50		(50)		-
PIS e COFINS	2.163	24.375	(20.230)	(4.320)	1.988
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	331		(185)		146
Encargos com pessoal	2.262	30			2.292
Outros	2	543		(494)	51
Total Circulante	26.836	48.928	(50.081)	(13.714)	11.969

9 Tributos diferidos

		Passivo	
		Não Circulante	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	9.1	114.378	113.731
PIS e COFINS - Diferenças temporárias regulatórias	9.1	(92.984)	(111.447)
Imposto de renda e contribuição social	9.2	280.383	256.032
Imposto de renda e contribuição social - Diferenças temporárias regulatórias	9.2	(278.443)	(223.749)
Total		23.334	34.567

9.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção, na Demonstração Contábil Societária, sob a alíquota de 9,25%. Como a receita de construção não é considerada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, o efeito do PIS e COFINS diferido é eliminado.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Diferenças temporárias regulatórias

Refere-se à Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota 34% incidentes sobre a diferença de resultado entre a contabilidade societária e regulatória, conforme demonstrado abaixo:

	Não circulante	Líquido (Ativo (-) Passivo)
	Passivo	
Saldo em 31/12/2020	(223.749)	(223.749)
Saldo em 31/12/2021	(278.443)	(278.443)
Variação no exercício	(54.694)	(54.694)

10 Despesas Pagas Antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de Seguros	638	758
Outros	579	288
Total	1.217	1.046

11 Partes relacionadas

				Resultado
	Ativo	Passivo		Financeiro
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	2020
Contas a receber (a)				
CELGPAR	6			
	6	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (b)				
CELGPAR				(112)
	-	-	-	(112)
Dividendos a pagar (c)				
CELGPAR		35.246	39.340	
	-	35.246	39.340	-
	6	35.246	39.340	(112)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Referente à cisão da EDP Goiás.

(b) Mútuo com a CELGPAR.

(c) Valor de dividendos mínimos obrigatórios propostos a pagar.

Conforme a nota 13 ocorreu efetivamente em 30 de setembro de 2021 a Cisão Parcial seguida de Incorporação de Acervo Líquido Cindido com data-base de 31 de março de 2021, celebrado entre a EDP Goiás e a CELGPAR. Com a efetivação da operação as participações societárias permanentes nas seguintes investidas foram incorporadas pela CELGPAR: Energética Corumbá III S.A., Energética Fazenda Velha S.A., Pantanal Transmissão S.A., Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., Lago Azul Transmissão S.A., Firminópolis Transmissão S.A., e, Planalto Solar Park S.A. As operações com estas partes relacionadas foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 30 de junho de 2021.

11.2 Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros fiscais, os diretores, e, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

	2021	2020
Remuneração	2.490	3.353
Benefícios	79	53
Total	2.569	3.406

12 Outros Ativos e Passivos - Circulantes e Não Circulantes

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020 reapresentado	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos	189	232		
Dispêndios a reembolsar	3	3		
Bens destinados à alienação	11.166	21.499		12.361
Serviços prestados a terceiros	90	90		
Outros	965	7.722		
Total	12.413	29.546	-	12.361
Outras contas a pagar - Passivo				
Credores diversos - consumidores e concessionárias	13	101		
Outros	624	268	1.517	2.027
Total	637	369	1.517	2.027

13 Cauções

O saldo de R$12.880 em 31 de dezembro de 2021 (R$10.971 em 31 de dezembro de 2020), refere-se às aplicações em fundos de investimentos, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado junto ao Banco do Brasil (Nota 19), constituídas como parte das garantias dos contratos. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, Conta Reserva com saldo mínimo a 6 (seis) parcelas do serviço da dívida.

14 Imobilizado e Intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação/amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado e intangível os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação/amortização é o valor depreciável/amortizável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação/amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação/amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação e amortização (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Liquido
Em serviço					
Geração					
Custo Histórico				-	31.183
Total Geração		-	-	-	31.183
Transmissão					
Custo Histórico	5,96	1.014.182	(496.769)	517.413	540.869
Total Transmissão		1.014.182	(496.769)	517.413	540.869
Administração					
Custo Histórico	10,45	6.092	(4.504)	1.588	2.883
Total Administração		6.092	(4.504)	1.588	2.883
Total em serviço		1.020.274	(501.273)	519.001	574.935
Em curso					
Geração				-	9.007
Transmissão		36.844		36.844	56.737
Administração		2.407		2.407	1.976
Total em curso		39.251	-	39.251	67.720
		1.059.525	(501.273)	558.252	642.655

14.1 Imobilizado

14.1.1 Composição e movimentação do Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Baixa depreciação	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Ativo Imobilizado em Serviço													
Geração													
Terrenos	158		(158)		-	(158)			-	158			
Reservatórios, barragens e adutoras	15.710		(15.710)		-	(15.710)	(11.783)	11.783	-	3.927			
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.791		(28.791)		-	(28.791)	(21.937)	21.937	-	6.854			
Máquinas e equipamentos	24.534		(24.534)		-	(24.534)	(17.608)	17.608	-	6.926			
Veículos	129		(129)		-	(129)	(43)	43	-	86			
Móveis e utensílios	4		(4)		-	(4)	(4)	4	-	-			
	69.326	-	(69.326)	-	-	(69.326)	(51.375)	51.375	-	17.951	-	-	-
Transmissão													
Terrenos	2.528		(102)		2.426	(102)			2.426	2.528			
Edificações, obras civis e benfeitorias	67.956		(570)	2.800	70.186	2.230	(41.442)	556	29.300	28.125			
Máquinas e equipamentos	960.108		(51.122)	28.514	937.500	(22.608)	(489.241)	34.838	483.097	507.316			
Veículos	645				645		(307)		338	430			
Móveis e utensílios	103			2	105	2	(70)		35	37			
Outros	-				-				-	-	(852)	297	(555)
	1.031.340	-	(51.794)	31.316	1.010.862	(20.478)	(531.060)	35.394	515.196	538.436	(852)	297	(555)
Administração													
Máquinas e equipamentos	5.736		(1.681)	64	4.119	(1.617)	(4.026)	1.088	1.181	2.278			
Veículos	908				908		(777)		131	236			
Móveis e utensílios	381		(7)		374	(7)	(181)	2	195	223			
	7.025	-	(1.688)	64	5.401	(1.624)	(4.984)	1.090	1.507	2.737	-	-	-
Total Ativo Imobilizado em Serviço	1.107.691	-	(122.808)	31.380	1.016.263	(91.428)	(587.419)	87.859	516.703	559.124	(852)	297	(555)
Ativo Imobilizado em Curso													
Geração													
Máquinas e equipamentos	275		(2.412)	2.137	-	(275)			-	275			
Outros	8.731	844	(7.440)	(2.135)	-	(8.731)			-	8.732			
	9.006	844	(9.852)	2	-	(9.006)	-	-	-	9.007	-	-	-
Transmissão													
Máquinas e equipamentos	19.175	610	(2.236)	(7.819)	9.730	(9.445)			9.730	19.175			
Outros	37.553	28.262	(15.283)	(23.459)	27.073	(10.480)			27.073	37.552			
	56.728	28.872	(17.519)	(31.278)	36.803	(19.925)	-	-	36.803	56.727	-	-	-
Administração													
Máquinas e equipamentos	80	127	(6)	(50)	151	71			150	80			
Outros	642	57	(71)	(54)	574	(68)			574	642			
	722	184	(77)	(104)	725	3	-	-	724	722	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado em Curso	66.456	29.900	(27.448)	(31.380)	37.528	(28.928)	-	-	37.527	66.456	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	1.174.147	29.900	(150.256)	-	1.053.791	(120.356)	(587.419)	87.859	554.230	625.580	(852)	297	(555)

14.1.2 Adições - Ativo Imobilizado em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material / Equipa-mentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias		13.993			13.993
Máquinas e equipamentos	302	435			737
Móveis e utensílios	9				9
A Ratear		128	2.368	91	2.587
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	69				69
Material de Depósito	9.845			14	9.859
Compras em Andamento	257				257
Adiantamentos a fornecedores	1.113	436			1.549
Total das Adições	11.595	14.992	2.368	105	29.060

14.1.3 Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL n°674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Administração central	
Terrenos	2,00%
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,00%
Máquinas e equipamentos	14,29%
Veículos	6,25%

14.2 Intangível

14.2.1 Composição e movimentação do Intangível

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)+(B)+©	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço									
Geração									
Outros	11.516		(11.516)		-	(11.516)		-	13.232
	11.516	-	(11.516)	-	-	(11.516)	-	-	13.232
Transmissão									
Servidão	1.951				1.951			1.951	1.948
Softwares	1.369				1.369		(1.103)	266	485
	3.320	-	-	-	3.320	-	(1.103)	2.217	2.433
Administração									
Softwares	966		(371)	87	682	(284)	(610)	72	137
Outros	9				9			9	9
	975	-	(371)	87	691	(284)	(610)	81	146
Total Ativo Intangível em	15.811	-	(11.887)	87	4.011	(11.800)	(1.713)	2.298	15.811
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão									
Servidão	-	31			31	31		31	-
Softwares	10				10			10	10
	10	31	-	-	41	31	-	41	10
Administração									
Softwares	1.254	1.792	(1.303)	(87)	1.656	402		1.656	1.254
Outros intangíveis em curso	-	27			27	27		27	-
	1.254	1.819	(1.303)	(87)	1.683	429	-	1.683	1.254
Total Ativo Intangível em Curso	1.264	1.850	(1.303)	(87)	1.724	460	-	1.724	1.264
Total Intangível	17.075	1.850	(13.190)	-	5.735	(11.340)	(1.713)	4.022	17.075

14.2.2 Adições

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada como segue:

Adições do Ativo Intangível em Curso	Material / Equipa-mentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Softwares	59	1.726	7		1.792
Servidão				31	31
Outros			26	1	27
Total das Adições	59	1.726	33	32	1.850

15 Operações Descontinuadas

Os Diretores da Acionista Única aprovaram os termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial seguida de Incorporação de Acervo Líquido Cindido com data-base de 31/03/2021, celebrado entre a EDP Goiás e a CELGPAR. A cisão parcial ocorreu efetivamente em 30/09/2021, e, teve os seguintes aspectos:

a) Cisão parcial da EDP Goiás, com versão do acervo líquido cindido para a CELGPAR, nos termos e condições descritos no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e conforme Laudo de Avaliação Contábil;

b) A CELGPAR sucedeu a EDP Goiás em todos os seus direitos e obrigações relativos ao acervo líquido cindido do patrimônio da EDP Goiás que lhe for vertido, conforme Art. 229, §1º, da Lei nº 6.404/1976;

c) A eficácia da Cisão Parcial esteve sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“Condição Suspensiva”); e

d) A Diretoria da EDP Goiás, constatou a Condição Suspensiva e a eficácia da Cisão Parcial e convocou nova Assembleia Geral Extraordinária, objetivando promover a deliberação das seguintes matérias: alteração da Denominação Social de "Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT" para "Celg Transmissão S.A. – CELG T", atualmente denominada como EDP Goiás S.A.; e modificação do Estatuto Social, visando refletir os seguintes aspectos: a nova Denominação Social; a Redução do Capital Social; e o novo Objeto Social, compreendendo, exclusivamente, atividades de transmissão.

Dessa forma, as operações dos seguintes ativos e passivos foram descontinuadas e cindidos para a CELGPAR:

a) As atividades de geração relacionadas à PCH São Domingos (Portaria MME nº 352/2013), PCH Rochedo (Contrato de Concessão nº 002/2016), CGH Mambaí (Contrato de Concessão nº 062/2000), e, os estudos de inventários para construção de aproveitamentos hidrelétricos;

b) As participações societárias permanentes nas seguintes investidas: Energética Corumbá III S.A., Energética Fazenda Velha S.A., Pantanal Transmissão S.A., Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., Lago Azul Transmissão S.A., Firminópolis Transmissão S.A., e, Planalto Solar Park S.A.; e

c) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à EDP Goiás conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da CELGPAR.

15.1 Demonstração do Resultado

Os resultados das operações descontinuadas, que foram incluídos no resultado do exercício são:

	31/12/2021
Receita operacional líquida	9.533
Custo de construção	(1.130)
Custos operacionais	(3.014)
Lucro operacional antes dos outros resultados	5.389
Outras resultados operacionais	(970)
Resultado de equivalência patrimonial	15.735
Resultado financeiro	239
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	20.393
Resultado financeiro	(1.621)
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	18.772

15.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Os fluxos de caixa das Operações Descontinuadas são os seguintes:

	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Pagamento a fornecedores	(1.378)
Pagamento de salários e encargos sociais	(2.395)
Pagamento de tributos e encargos setoriais	(691)
Outras despesas operacionais e administrativas	(26)
	(4.490)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(4.490)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	3.886
Aquisição de imobilizado	(464)
Outros	2.725
	4.984
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4.984
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	494

15.3 Balanço Patrimonial

Os ativos e passivos líquidos das operações descontinuadas reduziram o capital social e reservas de lucros da EDP Goiás, na forma de cisão parcial, após a anuência prévia da ANEEL, conforme discriminado abaixo:

	31/12/2021
ATIVO	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.598
Contas a receber	2.612
Estoques	44
Despesas antecipadas	40
Ativo de contrato	5.212
Outros ativos	1.722
	16.228
Não Circulante	
Realizável a longo prazo	
Outros ativos	10.632
Investimentos	286.722
Imobilizado	4.775
Intangível	8.381
	371.746
TOTAL DO ATIVO	387.974
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	581
Tributos	2.129
Encargos setoriais	41
	2.751
Não Circulante	
	22.149
Patrimônio Líquido	
Capital social	341.699
Reservas de lucros	21.375
	363.074
TOTAL DO PASSIVO	387.974

16 Investimentos

A composição dos saldos em Investimentos é formada pelos seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pela equivalência patrimonial		
Valor patrimonial (a)		
Energética Corumbá III S.A.		66.205
Energética Fazenda Velha S.A.		4.850
Pantanal Transmissão S.A.		59.402
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.		40.986
Lago Azul Transmissão S.A.		22.527
Firminópolis Transmissão S.A.		20.231
	-	214.201
Ágio na aquisição ou subscrição (b)		
Energética Corumbá III S.A.		673
	-	673
Avaliados ao custo (c)		
Custo de aquisição		
Sicoob Juriscredcelg	532	331
	532	331
Propriedade para investimento (d)		
Imobilizado		
Terrenos		2.382
Edificações, obras civis e benfeitorias		724
Ajuste ao valor justo - AVJ		67.446
	-	70.552
	532	285.757

(a) Aporte de capital e aumento/diminuição pela equivalência patrimonial.
(b) Ágio e gastos diferidos concernentes à parte do custo financeiro da Energética Corumbá III S.A., referente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela ata da 10ª Assembleia.
(c) Integralização de capital via distribuição de sobras e juros sobre o capital próprio na Cooperativa de Crédito dos Magistrados, Servidores da Justiça do Estado de Goiás e Empregados da Celg Ltda. (Sicoob Juriscredcelg).
(d) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à EDP Goiás conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da CELGPAR.

O cálculo da equivalência patrimonial no exercício está demonstrado abaixo:

	Participação no capital social (%)	Patrimônio líquido ajustado	Valor do investimento	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	
					31/12/2021	31/12/2020
Energética Corumbá III S.A.	37,5	182.231	68.337	5.685	2.132	8.113
Energética Fazenda Velha S.A.	20,0	26.296	5.259	1.494	299	324
Pantanal Transmissão S.A.	49,0	124.802	61.153	3.573	1.751	5.445
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	10,0	414.801	41.480	4.941	494	2.253
Lago Azul Transmissão S.A.	50,1	46.722	23.408	1.759	881	1.733
Firminópolis Transmissão S.A.	49,0	43.263	21.199	1.975	968	2.285
		838.115	220.836	19.427	6.525	20.153

	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Aportes (AFAC) e Adições	Dividendos (Preferenciais e custo)	JSCP	Ajuste ao valor justo	Operações descontinuadas (Cisão)	31/12/2021
Participações societárias permanentes									
Avaliadas pela equivalência patrimonial									
Valor patrimonial									
Energética Corumbá III S.A.	66.205	2.132						(68.337)	-
Energética Fazenda Velha S.A.	4.850	299		110				(5.259)	-
Pantanal Transmissão S.A.	59.402	1.751						(61.153)	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	40.986	494						(41.480)	-
Lago Azul Transmissão S.A.	22.527	881						(23.408)	-
Firminópolis Transmissão S.A.	20.231	968						(21.199)	-
	214.201	6.525	-	110	-	-	-	(220.836)	-
Ágio na aquisição ou subscrição									
Energética Corumbá III S.A.	673		(11)					(662)	-
	673	-	(11)	-	-	-	-	(662)	-
Avaliados ao custo									
Custo de aquisição									
Sicoob Juriscredcelg	331				179	22			532
	331	-	-	-	179	22	-	-	532
Propriedade para investimento									
Imobilizado									
Terrenos	2.382			102				(1.818)	666
Edificações, obras civis e benfeitorias	724							(250)	474
Ajuste ao valor justo - AVJ	67.446						30.259	(45.293)	52.412
	70.552	-	-	102	-	-	30.259	(47.361)	53.552
	285.757	6.525	(11)	212	179	22	30.259	(268.859)	54.084

17 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica	19	17
Materiais e serviços	2.845	7.236
Total	2.864	7.253

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Folha de pagamento		39
Provisão férias	3.774	3.729
Outros	1.712	1.562
Total	5.486	5.330

19 Empréstimos e Debêntures

19.1 Composição do saldo de Empréstimos

														Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
Instituição / Credor	**Principal Curto Prazo**	**Principal + Juros LP**	**Saldo Total**	**Adim-plente?**	**Data Captação / Repactuação**	**Tipo de Garantia**	**Indexa-dor ou Juros**	***Spread* % a.a.**	**Data Próximo Pgto Juros**	**Frequên-cia Pgto Juros**	**Data Próxima Amortiza-ção**	**Vencimento Final**	**Frequên-cia de Amortiz.**	**Sistemática Amortização**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027 +**	**Total**	**Finalidade**
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																					
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.554	5.478	38.018	43.496	Sim	26/09/2018	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 4,225% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	4.853	4.853	4.853	4.853	18.606	38.018	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6K do Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 004/2016, localizadas no imóvel de terceiros conforme Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI Nº001/2016 - SMTE 2016 assinado entre Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. e Celg Geração e Transmissão S/A,situada no município de Luziânia, no Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(45)	(356)	(401)												(45)	(45)	(45)	(45)	(176)	(356)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.556	467	3.220	3.687	Sim	26/09/2018	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 5,163% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	411	411	411	411	1.576	3.220	O crédito deferido destina-se à instalação do 3° transformador 230/69kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel situado na BR 153 (sentido Itumbiara-Goiânia), Perímetro Urbano, matrícula 11.392, situada no município de Itumbiara, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(7)	(56)	(63)												(7)	(7)	(7)	(7)	(28)	(56)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.555	765	5.279	6.044	Sim	26/09/2018	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 5,163% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	674	674	674	674	2.583	5.279	O crédito deferido destina-se à instalação do 4° banco de transformadores 230/138kV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Caraíbas, matrícula 11.999, situada no município de Goiânia, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(10)	(81)	(91)												(10)	(10)	(10)	(10)	(41)	(81)	

														Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
Instituição / Credor	**Principal Curto Prazo**	**Principal + Juros LP**	**Saldo Total**	**Adim-plente?**	**Data Captação / Repactuação**	**Tipo de Garantia**	**Indexa-dor ou Juros**	***Spread* % a.a.**	**Data Próximo Pgto Juros**	**Frequên-cia Pgto Juros**	**Data Próxima Amortiza-ção**	**Vencimento Final**	**Frequên-cia de Amortiz.**	**Sistemática Amortização**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027 +**	**Total**	**Finalidade**
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.557	813	5.642	6.455	Sim	26/09/2018	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 4,225% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	720	720	720	720	2.762	5.642	O crédito deferido destina-se à instalação do 2º banco de transformadores 230/138kV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda São Domingos, matrícula nº 2.001, nº2.101 e nº 2.617 de propriedade da CELG Distribuição S.A., situada no município de Firminópolis, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(9)	(74)	(83)												(9)	(9)	(9)	(9)	(38)	(74)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.561	830	5.724	6.554	Sim	28/09/2018	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 5,163% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/10/2030	Mensal	SAC	731	731	731	731	2.800	5.724	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6-F do Edital do Leilão nº 04/2014-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 003/2015, localizadas numa área de terra situada numa faixa de 40 m de largura, com aproximadamente 11Km de extensão, com origem na Subestação Itumbiara e término na Subestação Paranaíba, no Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(10)	(76)	(86)												(10)	(10)	(10)	(10)	(36)	(76)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.670	651	4.761	5.412	Sim	28/03/2019	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 4,694% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/04/2031	Mensal	SAC	571	571	571	571	2.477	4.761	O crédito deferido destina-se à instalação do 3° Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Camarão lugar Córrego Areira, matrícula nº 2.413 e imóvel de matrícula 23.485, situada no município de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(7)	(61)	(68)												(7)	(7)	(7)	(7)	(33)	(61)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.669	1.368	10.005	11.373	Sim	28/03/2019	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 4,694% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/04/2031	Mensal	SAC	1.201	1.201	1.201	1.201	5.201	10.005	O crédito deferido destina-se à instalação do 2 Bancos de Autotransformadores 230/138/13,8kV (6x75 MVA) e conexões, em substituição aos atuais, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio, matrícula nº 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(15)	(127)	(142)												(15)	(15)	(15)	(15)	(67)	(127)	

														Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
Instituição / Credor	**Principal Curto Prazo**	**Principal + Juros LP**	**Saldo Total**	**Adim-plente?**	**Data Captação / Repactuação**	**Tipo de Garantia**	**Indexa-dor ou Juros**	***Spread* % a.a.**	**Data Próximo Pgto Juros**	**Frequên-cia Pgto Juros**	**Data Próxima Amortiza-ção**	**Vencimento Final**	**Frequên-cia de Amortiz.**	**Sistemática Amortização**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027 +**	**Total**	**Finalidade**
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.682	722	5.332	6.054	Sim	15/05/2019	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 4,454% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/05/2031	Mensal	SAC	633	633	633	633	2.800	5.332	O crédito deferido destina-se à instalação de Transformador Trifásico 230/69/13,8 kV - 50 MVA, ativação do transformador reserva e conexões, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Córrego Fundo , matrícula nº 1.026, situada no município de Morrinhos, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(8)	(67)	(75)												(8)	(8)	(8)	(8)	(35)	(67)	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário nº 511.600.785	1.135	8.179	9.314	Sim	27/06/2019	a. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão; b. Conta Reserva; c. Aval da Companhia CELG de Participações - CELGPAR.	IPCA	IPCA + 4,356% a.a.	03/01/2022	Mensal	03/01/2022	01/07/2031	Mensal	SAC	935	934	935	934	4.441	8.179	O crédito deferido destina-se à instalação do 3° Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8 kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio - José Fidelis, matrícula 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.
(-) Custo de transação	(15)	(118)	(133)												(14)	(14)	(14)	(14)	(62)	(118)	
Total	12.103	85.144	97.247												10.604	10.603	10.604	10.603	42.730	85.144	

19.2 Movimentação dos empréstimos

	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2021
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	10.819	(9.319)		10.729		12.229
Juros	-	(16.216)	16.216			-
Custo de transação	(126)			(126)	126	(126)
	10.693	(25.535)	16.216	10.603	126	12.103
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	96.889			(10.729)		86.160
Custo de transação	(1.142)			126		(1.016)
	95.747	-	-	(10.603)	-	85.144

20 Benefícios pós-emprego

A composição dos saldos em Benefício Pós-Emprego é formada pelos seguintes valores:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Passivo atuarial - Previdência privada				
Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência			1.498	3.241
Contribuição normal - Previdência privada e demais benefícios pós-emprego				
Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência	264	234		
Total	264	234	1.498	3.241

A Companhia é patrocinadora da Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A quantificação dos montantes encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A seguir apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

20.1 Definição dos tipos de benefícios

A EDP Goiás, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida – CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento.

20.2 Descrição do plano misto de benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

20.3 Premissas atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial, sob os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012, conforme determinação do item 49c do Pronunciamento anexo à mesma (foi aplicado o método PUC para obtenção do valor presente da obrigação atuarial), executadas por atuário especializado.

20.4 Custo do Patrocinador

Em 2021, o montante de contribuições da EDP Goiás para a ELETRA foi de R$1.537 mil de contribuições correntes (R$1.497 mil em 2020).

20.5 Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

De acordo com a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre a Patrocinadora, os Participantes e os Assistidos, enquanto os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

De acordo com o parecer atuarial emitido por consultoria especializada, os resultados apresentados no relatório atuarial estão em consonância com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, e correspondem à opção da EDP Goiás pelo critério de amortização de ganhos e perdas diferidos. A divulgação dos resultados atuariais, com base no CPC 33 (R1), apontou déficit atuarial no Plano Eletra BD 01 no montante de R$578 mil (R$742 mil em 2020), e, apontou déficit atuarial no Plano CELGPREV no montante de R$920 mil (R$2.499 mil em 2020).

21 Dívida Líquida

21.1 Endividamento

	Principal + Juros LP	Principal + Juros LP	Saldo Total	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total
				2023	2024	2025	2026	2027+	
LINHA CREDORA									
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	12.103	85.144	97.247	10.604	10.603	10.604	10.603	42.730	85.144
	12.103	85.144	97.247	10.604	10.603	10.604	10.603	42.730	85.144
Total por dívida									
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	12.103	85.144	97.247	10.604	10.603	10.604	10.603	42.730	85.144
	12.103	85.144	97.247	10.604	10.603	10.604	10.603	42.730	85.144

21.2 Ativos Financeiros

	Nota	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	6	196.090	196.090
Total		196.090	196.090

21.3 Dívida Líquida

				Saldo Total	
	Nota	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	19	12.103	85.144	97.247	106.440
		12.103	85.144	97.247	106.440
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	6	(196.090)		(196.090)	(144.117)
		(196.090)	-	(196.090)	(144.117)
Dívida Líquida		(183.987)	85.144	(98.843)	(37.677)

22 Provisão para Litígios e Depósitos Judiciais

		Provisões		Depósitos vinculados	
		Passivo		Ativo	
		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	22.1	7.096	7.081	3.344	1.248
Total		7.096	7.081	3.344	1.248

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	4.526	171	(1.760)	2.937
Cíveis	25	102	(25)	102
Fiscais	680	161	(16)	825
Outros	1.850	1.382		3.232
Total Não circulante	7.081	1.816	(1.801)	7.096

22.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	230	180
Cíveis	521	421
Total	751	601

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$328.750 e está representado por 329.725.474 ações ordinárias, integralmente detidas pela Companhia Celg de Participações – CELGPAR.

Em 30 de novembro de 2017, na 118ª Reunião do Conselho de Administração da Controladora CELGPAR, foi examinada a capitalização na EDP Goiás do montante de R$11.900 mil decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Os Conselheiros de Administração expressaram concordância com a subscrição e integralização de Capital Social, observada a inexistência de emissão de ações, ato societário concretizado em maio de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária EDP Goiás nº 102ª, realizada em 24 de abril de 2020.

Em 30 de novembro de 2017, na 118ª Reunião do Conselho de Administração da Controladora Companhia Celg de Participações – CELGPAR, foi examinada a capitalização na CELG GT do montante de R$9.000 mil decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC. Os Conselheiros de Administração expressaram concordância com a subscrição e integralização de Capital Social, observada a inexistência de emissão de ações, ato societário concretizado em dezembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária CELG GT nº 105ª, realizada em 16 de dezembro de 2020.

23.2 Outros resultados abrangentes

23.2.1 Reservas de Reavaliação

A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transfência da parcela realizada para lucros acumulados. O saldo de R$15.119 em 31 de dezembro de 2021 (R$13.669 em 2020).

23.2.2 *Superávit* / *Déficit* atuarial

Em complemento à nota 20.5 e parecer atuarial emitido por consultoria especializada houve um superávit atuarial no Plano Eletra BD 01 no montante de R$214 em 31 de dezembro de 2021 (*déficit* de R$634 em 2020), e, um superávit atuarial no Plano CELGPREV no montante de R$1.745 em 31 de dezembro de 2021 (superávit de R$2.699 em 2020), registrado em Outros Resultados Abrangentes.

23.3 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro societário a ser destinado			
Lucro líquido societário apurado no exercício		148.403	165.643
Lucro líquido ajustado		148.403	165.643
Constituição da reserva legal - 5%	23.6	(7.420)	(8.282)
		140.983	157.361
Destinação do lucro			
Dividendos mínimos obrigatórios		35.246	39.340
Dividendo adicional proposto			54.211
		35.246	93.551

23.6 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Reservas de lucros			
Legal	23.3	39.684	32.264
Retenção de lucros	23.6.1	734.753	611.051
Dividendo adicional proposto		35.246	39.340
		809.683	682.655

23.6.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

24 Receita líquida

A composição da Receita Líquida é formada pelos seguintes valores:

	R$	
	2021	2020
Suprimento - Faturado	2.835	11.155
Energia de curto prazo	365	1.557
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	258.241	241.250
Receita operacional bruta	261.441	253.962
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(24.162)	(23.492)
	(24.162)	(23.492)
Encargos do consumidor		
P&D	(2.138)	(1.986)
CDE	(14.531)	(14.752)
Outros encargos	(3.973)	(3.900)
	(20.642)	(20.638)
Receita	216.637	209.832

25 Custos não gerenciáveis e gerenciáveis

Os Custos gerenciáveis e não gerenciáveis são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. São apresentados na Demonstração de resultados por natureza de gastos, conforme requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

25.1 Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	27.225	24.666
Encargos	9.262	8.898
Previdência privada - Corrente	1.401	1.497
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávi	216	(70)
Programa de demissão voluntária		2
Despesas rescisórias		76
Outros benefícios - Corrente	6.271	6.286
Outros	72	738
	44.447	42.093
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.490	3.353
Benefícios dos administradores	79	53
	2.569	3.406
	47.016	45.499

26 Outras receitas e despesas operacionais

	2021	2020
Outras receitas operacionais	31.683	74.052
Compartilhamento de infraestrutura	661	1.215
Serviços de operação e manutenção	597	684
Serviços de engenharia		181
Arrendamentos e aluguéis	271	238
Ganhos na alienação de materiais (a)		19.978
Outras	73	35
Ajuste ao valor justo - AVJ (b)	30.259	51.982
(-) Tributos sobre a receita	(178)	(261)
Outras despesas operacionais	(12.002)	(1.262)
Pessoal		(10)
Serviços de terceiros	(256)	(10)
Doações, contribuições e subvenções	(8)	
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos (a)	(11.735)	(1.230)
Gastos diversos	(3)	(12)
	19.681	72.790

27 Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	7.578	3.930
Remuneração das ações preferenciais	22	7
Outros juros e variações monetárias	957	1.014
Variações em moeda estrangeira	72	64
Ajustes a valor presente	179	215
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(510)	(315)
Outras receitas financeiras	900	1.341
	9.198	6.256
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(16.342)	(6.733)
Juros e variações monetárias		
Outros juros e variações monetárias	(364)	(278)
Variações em moeda estrangeira		
Ajustes a valor presente	(11)	(42)
Outras despesas financeiras	(6)	(5)
	(16.723)	(7.058)
	(7.525)	(802)

28 Despesa com Impostos sobre o Lucro e Reconciliação entre as taxas efetivas e nominais dos tributos sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	129.265	190.270
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(43.950)	(64.692)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	7.255	4.073
Outras	24	24
Diferença regulatória X societária	8.335	982
Despesa de IRPJ e CSLL	(28.336)	(59.613)
Alíquota efetiva	21,92%	31,33%

29 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada (até a rubrica de Resultado da Atividade) de 31 de dezembro de 2021, das unidades de negócio de geração e transmissão.

	Geração	Transmissão	Total
Receita			
Suprimento de energia elétrica	2.835		2.835
Energia Elétrica de Curto Prazo	365		365
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		258.241	258.241
Tributos			
PIS	(49)	(4.261)	(4.310)
COFINS	(226)	(19.626)	(19.852)
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.138)	(2.138)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(63)		(63)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(13)	(867)	(880)
Outros encargos		(17.561)	(17.561)
Receita líquida	2.849	213.788	216.637
Custos não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda	(1)		(1)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(175)	(175)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.848	213.613	216.461
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	(776)	(46.240)	(47.016)
Material	(16)	(3.227)	(3.243)
Serviços de terceiros	(627)	(12.133)	(12.760)
Arrendamentos e aluguéis	(2)	(381)	(383)
Seguros	(14)	(1.128)	(1.142)
Provisões	1.275	(1.303)	(28)
(-) Recuperação de despesas	11	581	592
Tributos	(13)	(1.284)	(1.297)
Depreciação e amortização	(431)	(38.749)	(39.180)
Gastos diversos	(14)	(1.406)	(1.420)
Outras Receitas Operacionais	31.684		31.684
Outras Despesas Operacionais	(12.003)		(12.003)
Resultado da Atividade	21.922	108.343	130.265

30 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, e, à Instrução CVM 763/2016, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros foram:

• **Numerário disponível –** Está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil**;**

• **Contas a receber –** decorrem diretamente das operações da Companhia, mantidos até o vencimento, e está registrada pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e

• **Empréstimos e financiamentos –** são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

30.1 Gestão de riscos

30.1.1 Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia surge da possibilidade de perda que incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica e uso do sistema de transmissão. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

30.1.4 Risco de taxa de juros:

Risco da Companhia em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumenta as despesas financeiras relativas aos passivos captados. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir esse risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar necessidade de contratação.

31 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e a suficiência da cobertura não é escopo do trabalho dos nossos auditores.

Em 31 de dezembro de 2021, as apólices de seguro existentes, especificadas por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância Segurada	Prêmio	Despesa Reconhecida no resultado	Saldo em Despesas Antecipadas
(a) Patrimonial (seguro operacional); (b) Patrimonial (seguro de risco de engenharia); (c) Responsabilidade civil geral (seguro operacional); e (d) Responsabilidade civil geral (seguro de risco de engenharia).	20/08/2020 a 20/08/2022	698.847	921	335	586
Outros			122	70	52
		698.847	1.043	405	638

32 Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário Anual

32.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, em intervalos periódicos de 5 anos contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP da transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

(i) da base de remuneração regulatória para as novas instalações componentes da rede básica (RBNI);

(ii) dos custos operacionais eficientes;

(iii) da estrutura adequada de capital e definição da remuneração das transmissoras; e

(iv) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário.

32.1.1 Parcela Variável – PV e adicional à RAP

A Resolução Normativa ANEEL nº 729, de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP.

A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras devido à indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Serão reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

32.2 Reajuste Tarifário Anual

Em conformidade com o contrato de concessão, anualmente na data-base de 15 de julho, ocorre o Reajuste Tarifário Anual da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de incluir a variação da inflação no período.

O reajuste tarifário anual compreende à correção da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e considera também eventuais acréscimos ou reduções devidos à Parcela de Ajuste - PA.

A PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

33 Conciliação entre as Demonstrações Contábeis Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

33.1 Balanço Patrimonial

		31/12/2021			31/12/2020		
Ativo	**Nota**	**Societário**	**Ajustes**	**Regulatório**	**Societário**	**Ajustes**	**Regulatório**
Ativo circulante					**Reapresentado**		
Caixa e equivalentes de caixa		196.090		196.090	144.117		144.117
Concessionárias e Permissionárias		26.206		26.206	32.229		32.229
Tributos Compensáveis		2.106		2.106	1.610		1.610
Almoxarifado Operacional		436		436	2.136		2.136
Despesas Pagas Antecipadamente		1.217		1.217	1.046		1.046
Ativos da concessão	33.1.1	156.881	(156.881)		170.430	(170.430)	-
Outros Ativos Circulantes		12.413		12.413	29.546		29.546
Bens Destinados à Alienação		-		-	114		114
		395.349	(156.881)	238.468	381.228	(170.430)	210.798
Ativo não circulante							
Depósitos Judiciais e Cauções		3.344		3.344	1.248		1.248
Investimentos Temporários		12.880		12.880	10.971		10.971
Ativos da concessão	33.1.1	1.197.172	(1.197.172)		1.218.630	(1.218.630)	-
Outros Ativos Não Circulantes		-			12.361		12.361
Investimentos		54.084		54.084	285.757		285.757
Imobilizado	33.1.1 e 33.1.5	2.231	551.999	554.230	7.594	617.986	625.580
Intangível	33.1.1 e 33.1.5	1.764	2.258	4.022	8.672	8.403	17.075
		1.271.475	(642.915)	628.560	1.545.233	(592.241)	952.992
Total do ativo		1.666.824	(799.796)	867.028	1.926.461	(762.671)	1.163.790

		31/12/2021			31/12/2020		
Passivo	**Nota**	**Societário**	**Ajustes**	**Regulatório**	**Societário**	**Ajustes**	**Regulatório**
Passivo circulante					**Reapresentado**		
Fornecedores		2.864		2.864	7.253		7.253
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		12.103		12.103	10.693		10.693
Obrigações Sociais e Trabalhistas		5.486		5.486	5.330		5.330
Benefícios Pós-Emprego		264		264	234		234
Tributos a Recolher		11.969		11.969	26.836		26.836
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		35.246		35.246	39.340		39.340
Encargos Setoriais		4.537		4.537	3.338		3.338
Outros Passivos Circulantes		637		637	369		369
		73.106	-	73.106	93.393	-	93.393
Passivo não circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		85.144		85.144	95.747		95.747
Benefícios Pós-Emprego		1.498		1.498	3.241		3.241
Provisão para Litígios		7.096		7.096	7.081		7.081
Encargos Setoriais		1.880		1.880	5.420		5.420
Tributos Diferidos	33.1.3	394.761	(371.427)	23.334	369.772	(335.205)	34.567
Obrigações Especiais	33.1.5		556	556		586	586
Outros Passivos Não Circulantes		1.517		1.517	2.027		2.027
		491.896	(370.871)	121.025	483.288	(334.619)	148.669
Total do passivo		565.002	(370.871)	194.131	576.681	(334.619)	242.062
Patrimônio líquido							
Capital Social		328.750		328.750	670.449		670.449
Outros Resultados Abrangentes	33.1.4	(1.365)	95.173	93.808	(3.324)	110.292	106.968
Reservas de Lucros	33.1.6	774.437	(524.098)	250.339	682.655	(538.344)	144.311
Total do patrimônio líquido		1.101.822	(428.925)	672.897	1.349.780	(428.052)	921.728
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.666.824	(799.796)	867.028	1.926.461	(762.671)	1.163.790

A seguir são detalhadas a natureza e explicações das práticas contábeis divergentes:

33.1.1 Ativos da concessão, Imobilizado e Intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um Ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

• Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

• Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, consequentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

33.1.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas, Tributos a Recolher e Outros passivos circulantes

No âmbito regulatório, as rubricas de INSS e FGTS sobre a folha de pagamento estão sendo apresentados na rubrica de Tributos, enquanto que no âmbito societário o valor é apresentado em conjunto com as demais rubricas de encargos sociais e trabalhistas. Já a rubrica de Folha de pagamento líquida no âmbito societário está sendo apresentada na rubrica de Outros passivos circulantes por ser considerado como outros valores a pagar, enquanto que no âmbito regulatório são consideradas como Obrigações sociais e trabalhistas.

33.1.3 Tributos Diferidos

O ajuste é decorrente de PIS e COFINS sobre a Receita de Construção e sobre os Ativos da Concessão (Notas 33.2.3 e 33.2.4).

33.1.4 Reavaliação compulsória

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. Todavia, a reavaliação foi estabelecidade pela ANEEL de forma compulsória. Assim, os ajustes são decorrentes da reavaliação compulsória a ser realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicáveis.

33.1.5 Imobilizado, Intangível, obrigações especiais, depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da depreciação/amortização não ter efeito no resultado societário, visto que para os contratos de concessão qualificados para aplicação das normas citadas, a infraestrutura implementada, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado/intangível, assim como as obrigações especiais, do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação de serviços em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

33.1.6 Proventos excedentes da contabilidade societária

Os ajustes são decorrentes da destinação do resultado do exercício que tem como base a contabilidade societária. Mesmo que a Companhia tenha prejuízo na contabilidade regulatória poderá distribuir dividendos e destinar resultado para as reservas, caso tenha lucro na contabilidade societária.

33.1.7 Patrimônio líquido

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Patrimônio Líquido societário	1.101.822	1.349.780
Efeito dos ajustes referentes a exercícios anteriores (*)	(400.223)	(393.066)
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária x regulatória		
Receita financeira de contrato	(184.392)	(167.143)
Receita de operação e manutenção do contrato	(24.367)	(59.668)
Receita de construção do contrato	(106.706)	(101.176)
RAG/RAP	261.076	252.405
PIS/COFINS diferidos	5.031	6.990
Custo de construção do contrato	21.913	53.671
Depreciação e amortização (diferenças de práticas contábeis)	(38.342)	(39.575)
Tributos sobre o lucro (diferenças de práticas contábeis)	37.085	19.510
	(28.702)	(34.986)
Patrimônio líquido regulatório	672.897	921.728

(*) Os montantes classificados como efeito dos ajustes referente a exercícios anteriores em 2021 e 2020 referem-se a composição acumulada de diferença entre societário e regulatório das reservas e dos resultados abrangentes.

33.2 Demonstrações de Resultados

		2021			2020		
	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário Reapresentado	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade							
Receita							
Suprimento de energia elétrica	33.2.1		2.835	2.835		11.155	11.155
Energia Elétrica de Curto Prazo		365		365	1.557		1.557
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	33.2.2		258.241	258.241		241.250	241.250
Receita de operação e manutenção		106.706	(106.706)		101.176	(101.176)	
Receita de construção	33.2.3	24.367	(24.367)		59.668	(59.668)	
Remuneração dos Ativos da concessão	33.2.4	184.392	(184.392)		167.143	(167.143)	
Tributos							
PIS	33.2.5	(5.207)	897	(4.310)	(5.438)	1.247	(4.191)
COFINS	33.2.5	(23.986)	4.134	(19.852)	(25.045)	5.743	(19.302)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.138)		(2.138)	(1.986)		(1.986)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(63)		(63)	(263)		(263)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(880)		(880)	(849)		(849)
Outros encargos		(17.561)		(17.561)	(17.539)		(17.539)
Receita líquida		265.995	(49.358)	216.637	278.424	(68.592)	209.832
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia elétrica comprada para revenda		(1)		(1)	(16)		(16)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(175)		(175)	(586)		(586)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		265.819	(49.358)	216.461	277.822	(68.592)	209.230
Custos gerenciáveis							
Pessoal e administradores	33.2.3	(49.432)	2.416	(47.016)	(49.805)	4.306	(45.499)
Material	33.2.3	(10.768)	7.525	(3.243)	(32.346)	31.876	(470)
Serviços de terceiros	33.2.3	(23.723)	10.964	(12.759)	(28.258)	16.021	(12.237)
Arrendamentos e aluguéis		(383)		(383)	(249)		(249)
Seguros		(1.142)		(1.142)	(1.181)		(1.181)
Provisões		(28)		(28)	(5.088)		(5.088)
(-) Recuperação de despesas		592		592	60		60
Tributos		(1.297)		(1.297)	(4.150)		(4.150)
Depreciação e amortização	33.2.3	(839)	(38.342)	(39.181)	(1.256)	(39.575)	(40.831)
Gastos diversos	33.2.3	(2.428)	1.008	(1.420)	(2.924)	1.468	(1.456)
Outras Receitas Operacionais		31.684		31.684	74.052		74.052
Outras Despesas Operacionais		(12.003)		(12.003)	(1.262)		(1.262)
Resultado da Atividade		196.052	(65.787)	130.265	225.415	(54.496)	170.919
Equivalência Patrimonial		6.525		6.525	20.153		20.153
Resultado Financeiro		(7.525)	-	(7.525)	(802)	-	(802)
Receitas financeiras		9.198		9.198	6.256		6.256
Despesas financeiras		(16.723)		(16.723)	(7.058)		(7.058)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		195.052	(65.787)	129.265	244.766	(54.496)	190.270
Despesa com Impostos sobre o Lucro	33.1.7	(65.421)	37.085	(28.336)	(79.123)	19.510	(59.613)
Resultado líquido das operações em continuidade		129.631	(28.702)	100.929	165.643	(34.986)	130.657
Operações Descontinuadas							
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício Resultante de Operações Descontinuadas	33.1.1 e 33.1.3	18.772	(2.537)	16.235			-
Resultado Líquido do Exercício		148.403	(31.239)	117.164	165.643	(34.986)	130.657

A seguir são detalhadas a natureza e explicações das práticas contábeis divergentes:

33.2.1 Suprimento de energia elétrica

No âmbito regulatório foi reconhecido as receitas de transmissão e geração, enquanto que no âmbito societário o saldo apresentado refere-se, substancialmente, as receitas de transmissão devido a cisão (Nota 15).

33.2.2 Disponibilização do sistema de transmissão

No âmbito regulatório refere-se a receita anual permitida com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão.

33.2.3 Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura

No âmbito societário é reconhecida a receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

33.2.4 Remuneração dos Ativos da concessão

Refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1).

33.2.5 Tributos

O ajuste é decorrente de PIS e COFINS sobre a Receita de Construção e sobre a Remuneração dos Ativos da concessão (Notas 33.2.3 e 33.2.4).

34 Eventos Subsequentes

34.1 Transferência do controle acionário

Conforme Fato Relevante de 26 de fevereiro de 2021, a CELGPAR conduziu processo de desestatização para alienar a totalidade das ações de emissão da EDP Goiás em leilão realizado em 14 de outubro de 2021, com a assessoria técnica especializada e apoio operacional da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Na 58ª Assembleia Geral Extraordinária da CELGPAR realizada em 9 de julho de 2021 os acionistas aprovaram, ainda, (i) a nova estrutura do leilão envolvendo a alienação das ações de emissão da EDP Goiás em leilão realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e (ii) o valor de R$1.097.713.000,00 (um bilhão, noventa e sete milhões, setecentos e treze mil reais), como valor mínimo de arrematação da totalidade das ações de emissão da EDP Goiás.

A EDP Goiás foi leiloada, na data de 14 de outubro de 2021, por R$1.977.000,00 (um bilhão, novecentos e setenta e sete milhões), valor 80,10% acima do lance inicial mínimo. O leilão, realizado na B3 (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), em São Paulo, foi arrematado pela Pequena Central Hidrelétrica, holding controlada pela EDP – Energias do Brasil S.A.

O leilão, no modo alienação fiduciária em garantia de 100% das ações ordinárias de emissão, teve outros três lances, sendo todos acima do valor mínimo: Cymi Construções e Participações (R$1,6 bilhão), Mez T3 Transmissora de Energia Elétrica (R$1,535 bilhão) e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP (R$1,504 bilhão).

O leilão foi realizado por meio de lote único e critério de julgamento a proposta de maior valor.

A transferência do controle acionário da EDP Goiás foi previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 03 de janeiro de 2022 conforme despacho SG nº 1936/2021, e teve anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A data prevista para efetivação da operação é 07 de fevereiro de 2022. Eventuais informações adicionais serão comunicadas pela CELGPAR aos seus acionistas e ao mercado.

34.2 Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Em 18 de maio de 2021 foi aprovado a Resolução Normativa n° 933 a nova estrutura do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o novo MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022 ,e para efeito de comparabilidade das informações contábeis (Demonstrações Contábeis Regulatórias) do exercício de 2022 com aquelas do exercício de 2021, estas deverão ser reclassificadas considerando as disposições contidas no novo MCSE.

Algumas das principais alterações estão abaixo relacionadas:

(i) Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)

CPC 06 – Arrendamentos: Aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.

(ii) Fornecedores: A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia;

(iii) Pessoal – Estagiários: As contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.

(iv) Imobilizado: Abertura do grupo de contas para apuração dos Ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis;

(v) Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação no BMP, como: (a) Abertura do grupo de Encargos Setoriais a Compensar para P&D e PEE; (b) Ativo e Passivo Financeiro Setoriais; (c) Contingências; (d) Imobilizado; (e) Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Luiz Felipe Falcone de Souza
Diretor Vice-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Técnico e Comercial

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" GO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da EDP Goiás para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A EDP Energias do Brasil

A EDP Energias do Brasil ("EDP Brasil" ou "Companhia") é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Comercialização, Transmissão e Serviços de Energia Elétrica em 15 estados brasileiros. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016. Considerando a data base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 6 projetos que totalizam aproximadamente 2,5 mil km de extensão nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e Goiás. A seguir apresentaremos as informações referente a EDP Goiás.

A EDP Goiás

O segmento de transmissão tem como principal atribuição prover serviços de transporte e transformação de energia elétrica, incluindo a construção, manutenção e operação de subestações destinadas a transmissão.

A EDP Goiás possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R$ 222,6 milhões (ciclo 2021/2022).

Este lote foi adquirido no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("leilão"), realizado na forma do edital ("edital") CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A., atual EDP Goiás, pertencentes à Companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R$ 2,1 bilhões.

Endividamento

O total da dívida bruta da EDP Goiás é de R$ 96 milhões, referente ao contrato de empréstimo via Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil.

Auditores independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a Berkan, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2021.

A Berkan não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas e qualitativas, não financeiras. Além de nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP – Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da EDP Goiás. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Goiás.

A Administração.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

Outorgada: EDP Transmissão Goiás S.A.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES:02475076879
Assinado de forma digital por LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES:02475076879
Dados: 2022.04.29 11:15:09 -03'00'

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente
CPF: 024.750.768-69

LUIZ FELIPE FALCONE DE SOUZA:22127056892
Assinado de forma digital por LUIZ FELIPE FALCONE DE SOUZA:22127056892
Dados: 2022.04.28 21:11:50 -03'00'

Luiz Felipe Falcone de Souza
Diretor de Relações Institucionais
CPF: 221.270.568-92

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
CPF: 326.356.918-00

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador-CRC-1SP-271964/O-6 "S" GO
CPF: 334.471.898-35

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Transmissão Goiás S.A
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias da **EDP Transmissão Goiás S.A** ("EDP Goiás" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EDP Transmissão Goiás S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Mensuração do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha registrado no seu balanço patrimonial o montante de R$ 554.230 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação reconhecida no exercício, com base nas vidas uteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) com os saldos contábeis; iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros Assuntos

Demonstrações Contábeis Societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 27 de janeiro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 02 de maio de 2022.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6